

ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE O
PROTAGONISMO JUVENIL E ITINERÁRIOS
FORMATIVOS:

perspectivas no contexto do Novo Ensino Médio ¹

STATE OF KNOWLEDGE ON YOUTH PROTAGONISM AND
FORMATIVE ITINERARIES:

perspectives in the context of the New High School

Michelle Mendes Ribeiro ⁱ

Marília Costa Morosini ⁱⁱ

Audrei Rodrigo da Conceição Pizolati ⁱⁱⁱ

RESUMO: O Novo Ensino Médio, reformulado pela MP nº 746/2016, Lei nº 13.415/2017 e Lei nº 14.945/2024, instituiu percursos formativos e reforçou o protagonismo juvenil. Este estudo busca identificar, em periódicos SciELO e na Biblioteca de Teses e Dissertações (IBICT), implicações desse protagonismo nos Itinerários Formativos. Adotou-se o Estado do Conhecimento (Morosini; Kohls; Bittencourt), análise de conteúdo (Bardin, 2020) e análise documental. Foram examinados quatro artigos, duas dissertações e uma tese (2017-2025). Constatou-se que o protagonismo juvenil, embora anunciado como avanço, atua como estratégia de responsabilização dos estudantes por escolhas restritas, determinadas por condicionantes estruturais e socioeconômicos.

Palavras-chave: Estado do Conhecimento. Ensino Médio. Itinerários formativos. Protagonismo juvenil.

ABSTRACT: The New High School, restructured by Provisional Measure No. 746/2016, Law No. 13,415/2017, and Law No. 14,945/2024, introduced

¹ Este texto corresponde ao trabalho final da disciplina Estado do Conhecimento, ministrada pelas Professoras Doutoras Marília Costa Morosini e Egeslaine Nez, realizado em parceria entre a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

formative pathways and reinforced youth protagonism. This study aims to identify, in SciELO journals and the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (IBICT), the implications of this protagonism within the context of the formative itineraries. The methodological approach combined the State of Knowledge (Morosini, Kohls & Bittencourt), content analysis (Bardin, 2020), and documentary analysis. Four articles, two dissertations, and one thesis (2017–2025) were examined. Findings indicate that youth protagonism, although presented as progress, functions as a strategy for holding students accountable for limited choices determined by structural and socioeconomic constraints.

Keywords: State of Knowledge. High school. Formative itineraries. Youth empowerment.

1 INTRODUÇÃO

A construção do conhecimento sobre o Novo Ensino Médio (Brasil, 2024) e a Base Nacional Comum Curricular – Etapa Ensino Médio (BNCC-EM) (Brasil, 2018) configura-se como uma tarefa complexa, pois requer análise crítica da realidade educacional brasileira, marcada por dinâmicas estruturais instáveis e por um processo contínuo de transformação. Nesse cenário, as mudanças propostas tiveram início com a Medida Provisória nº 746/2016 e foram consolidadas com a promulgação da Lei nº 13.415/2017, (Brasil, 2017) dando origem a intensos embates no campo educacional. Inspirando-se na concepção de campo desenvolvida por Pierre Bourdieu (*apud* Bonnewitz, 2003), compreende-se que essas disputas não se restringem à esfera normativa, mas revelam lutas simbólicas entre diferentes agentes como movimentos sociais, professores, estudantes, entidades representativas e organizações do setor privado que, reivindicam, entre outras pautas, a revogação da BNCC-EM.

A estrutura curricular da BNCC-EM, conforme regulamentação da Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018 (Brasil, 2018), previa uma carga horária mínima de 3.000 horas, distribuídas ao longo dos três anos dessa etapa da Educação Básica, com mil horas anuais. Essa organização contemplava uma Formação Geral Básica obrigatória para todos os estudantes, complementada por percursos optativos denominados Itinerários Formativos. Tais itinerários são organizados em duas possibilidades: a Formação Técnica e Profissional ou o aprofundamento em áreas específicas do conhecimento, conforme diretrizes estabelecidas pela BNCC-EM, homologada em 2018.

A promulgação da Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024 (Brasil, 2024) instituiu a Política Nacional do Ensino Médio, promovendo alterações substanciais na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), (Brasil, 1996) e revogando parcialmente dispositivos da Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017). Essa nova legislação tem como eixo central a reestruturação do Ensino Médio brasileiro, com ênfase na valorização da formação integral dos estudantes e na ampliação da flexibilidade curricular, notadamente por meio da organização dos percursos formativos.

Entre as principais inovações introduzidas, destaca-se a concepção de formação integral, entendida como a garantia de uma educação voltada às múltiplas dimensões dos sujeitos, contemplando suas realidades socioculturais e suas necessidades formativas, tanto no âmbito da educação básica quanto da educação profissional e tecnológica. A flexibilização curricular manifesta-se na possibilidade de aprofundamento em áreas de interesse, por meio da escolha de itinerários formativos. Além disso, a lei estabelece diretrizes para a expansão da oferta do Ensino Médio em tempo integral, priorizando o atendimento a estudantes em situação de vulnerabilidade social.

A legislação de 2024 introduziu uma alteração significativa na carga horária total do Ensino Médio, que passou de 2.400 para 3.000 horas. Essa formação corresponde ao núcleo comum, composto por um conjunto de conhecimentos e habilidades considerados essenciais a todos os estudantes. Outro ponto relevante foi a regulamentação da oferta de componentes curriculares na modalidade de ensino a distância, tanto na Formação Geral Básica quanto nos Itinerários Formativos, ampliando as possibilidades de organização pedagógica e metodológica das redes de ensino como também a articulação entre a educação básica e a educação profissional e tecnológica.

A partir de 2018 e nos anos que se seguiram à aprovação da Lei nº 13.415/2017, (Brasil, 2017) redes estaduais de ensino e escolas passaram a se organizar para atender às exigências impostas pela reforma. Esse movimento incluiu revisões curriculares e a realização de consultas públicas, com o objetivo de garantir a adequação às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular – Etapa ensino Médio (BNCC-EM). A implementação teve início em 2018 sendo reconfigurada com todas as unidades escolares estruturando a trajetória formativa dos estudantes com base na Formação Geral Básica e nos Itinerários Formativos. Contudo, diante das manifestações contrárias à proposta, o Governo Federal, sob a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, decidiu em 2023 reabrir uma consulta pública nacional, com o intuito de avaliar os impactos da política e identificar possibilidades de revisão e aperfeiçoamento.

Com base na análise das contribuições coletadas por meio da nova consulta pública, o Ministério da Educação (MEC) elaborou o Projeto de Lei nº 5.230/2023, com o objetivo de promover ajustes na Política Nacional do Ensino Médio. A proposta buscava responder aos desafios identificados durante a fase inicial de implementação e incorporar demandas apresentadas por diversos setores da sociedade. Entretanto, em razão de divergências entre os parlamentares, a votação do projeto foi adiada para o início de 2024. Em junho de 2024, o Projeto de Lei nº 5.230/2023 foi encaminhado ao Senado Federal, sob relatoria da senadora Professora Dorinha na Comissão de Educação e Cultura. Nessa etapa, o texto sofreu novas modificações, incluindo a definição da carga horária mínima para as disciplinas obrigatórias e ajustes referentes à Educação Profissional e Tecnológica. Em 19 de junho de 2024, o plenário do Senado aprovou o projeto com alterações, encaminhando-o novamente à Câmara dos Deputados para apreciação das modificações propostas pelos senadores. Após essa tramitação, o texto foi sancionado, resultando na promulgação da Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024, (Brasil, 2024) que institui a Política Nacional do Ensino Médio e consolida o novo marco normativo para essa etapa da educação básica.

Após a promulgação da Lei nº 14.945/2024, o Conselho Nacional de Educação homologou, em 13 de novembro de 2024, a Resolução CNE/CEB nº 2/2024, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (NEM). Em continuidade ao processo normativo, no dia 10 de abril

de 2025, foi aprovada a Resolução que institui os Parâmetros Nacionais para a Oferta dos Itinerários Formativos de Aprofundamento no Ensino Médio (PNIFA), com o objetivo de assegurar qualidade e equidade na etapa final da educação básica. A nova regulamentação estabelece os fundamentos conceituais, as competências comuns e as orientações pedagógicas para cada área do conhecimento, articulando-se diretamente à Resolução CNE/CEB nº 2/2024 e à Lei nº 14.945/2024. As diretrizes previstas visam uniformizar os critérios de qualidade e equidade na etapa final da educação básica, respeitando as diversidades regionais e socioculturais. A proposta determina, ainda, que os currículos das redes de ensino sejam reorganizados até o ano de 2026, de modo a assegurar a efetiva implementação dos novos parâmetros formativos previstos para o Ensino Médio.

Diante desse panorama normativo e político-educacional, considera-se que a imersão nas produções científicas acumuladas representa um eixo estruturante para uma leitura crítica da reforma do Novo Ensino Médio (Brasil, 2024). O resgate e a análise dessas contribuições permitem não apenas compreender os sentidos e contradições do processo em curso, mas também avaliar seus impactos e ampliar o repertório interpretativo disponível sobre o tema. Conforme argumenta Mainardes, “as políticas educacionais são objeto de disputas e embates, e o entendimento de suas implicações exige uma abordagem que considere tanto os contextos de formulação quanto os de implementação” (Mainardes, 2006, p. 53). Neste contexto, este trabalho fundamenta-se em artigos científicos indexados na base SciELO e em produções acadêmicas disponibilizadas pela Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que articulam os debates sobre protagonismo juvenil e os Itinerários Formativos. O objetivo é contribuir para o aprofundamento crítico das discussões em torno do Novo Ensino Médio, oferecendo subsídios teóricos e empíricos que tensionam as narrativas institucionais e iluminem as experiências vividas nos diferentes territórios educacionais.

O artigo, então, organiza-se em quatro partes: procedimentos teóricos e metodológicos, centrados na metodologia do Estado do Conhecimento; organização e apresentação dos dados, com apoio de ferramentas tecnológicas; discussão dos resultados, evidenciando protagonismo juvenil, individualização e fragmentação curricular; e considerações finais, que analisam os limites e contradições do Novo Ensino Médio sob a lógica neoliberal.

1 PROCEDIMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS: CRITÉRIOS PARA CONSTRUÇÃO DE UM ESTADO DO CONHECIMENTO

A pesquisa configura-se como uma construção que se realiza de modo artesanal, em um processo contínuo de refinamento e experiência. O sociólogo contemporâneo Richard Sennett (2020), em sua obra *O artífice*, reflete sobre o fazer humano e destaca a importância do aperfeiçoamento progressivo das atividades profissionais, afirmando que “toda perícia artesanal é um trabalho voltado para a busca de qualidade” (Sennett, 2020, p. 34). Nessa perspectiva, a pesquisa pode ser compreendida como um artesanato do conhecimento, ou seja, uma atividade que exige dedicação, rigor e constante reelaboração.

É com esse entendimento que se procedeu à seleção e análise de trabalhos acadêmicos que abordam os Itinerários Formativos e o protagonismo juvenil, eixos centrais deste estudo. A busca concentrou-se em produções indexadas em bases de dados qualificadas, com ênfase em artigos científicos, dissertações e teses. Para organizar e sistematizar as produções analisadas, adotou-se a Metodologia do Estado do Conhecimento, que, segundo Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021, p. 23) é a “Identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica”.

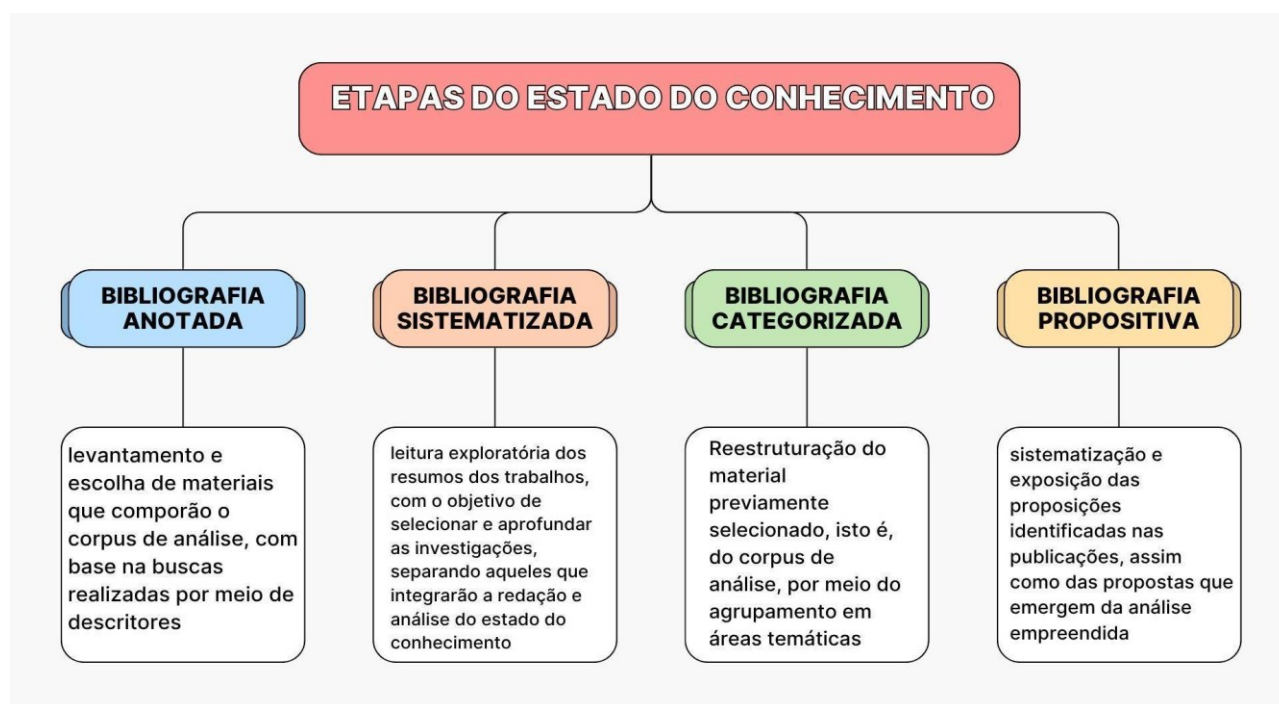
Para organizar e sistematizar as produções analisadas neste estudo, adotou-se a Metodologia do Estado do Conhecimento, compreendida como uma estratégia de mapeamento e análise crítica da produção científica em uma determinada área. Conforme apontam Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021), essa metodologia não se restringe à simples descrição de publicações, mas busca compreender os caminhos percorridos pela pesquisa, os enfoques teóricos predominantes, as lacunas ainda existentes e os deslocamentos conceituais ocorridos no campo.

Ao privilegiar esse procedimento, reconhece-se a relevância de uma leitura que vá além da quantificação das produções, possibilitando uma problematização qualificada dos sentidos atribuídos aos Itinerários Formativos e ao protagonismo juvenil nas diferentes abordagens investigativas. Trata-se, portanto, de uma metodologia que permite não apenas reunir e classificar os trabalhos existentes, mas também evidenciar suas contribuições, contradições e limites, oferecendo um panorama crítico e fundamentado das tendências e tensões que atravessam o debate educacional contemporâneo.

Dessa forma, esta investigação adota uma abordagem qualitativa, ancorada em pesquisa bibliográfica de natureza exploratória, com o intuito de aprofundar a compreensão sobre a temática em foco. Para a produção dos dados empíricos, recorre-se à Metodologia do Estado do Conhecimento, que se apresenta como instrumento rigoroso de análise da produção acadêmica acumulada, permitindo a construção de um panorama crítico e sistematizado do conhecimento produzido sobre os Itinerários Formativos e o protagonismo juvenil.

Essa metodologia opera por meio de etapas definidas que orientam a progressão da análise e garantem a coerência entre os registros, a categorização e a síntese interpretativa dos dados. São elas: Bibliografia Anotada, que consiste na descrição objetiva dos documentos analisados; Bibliografia Sistematizada, que organiza os dados conforme critérios previamente definidos; Bibliografia Categorizada, que agrupa os materiais por eixos temáticos ou analíticos; e, por fim, Bibliografia Propositiva, voltada à produção de inferências e proposições fundamentadas a partir do conjunto estudado. Essas etapas são representadas na figura a seguir, que ilustra o percurso metodológico adotado.

Figura 1 - Etapas do Estado do Conhecimento



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt (2021).

A análise dos dados empíricos foi conduzida com base nos princípios da Análise de Conteúdo, conforme delineado por Bardin (2020), metodologia que compreende as etapas de desconstrução textual, leitura investigativa, categorização e elaboração do texto analítico, Estado do Conhecimento e Análise Documental. Essa abordagem permitiu extrair núcleos de sentido recorrentes nos documentos analisados, favorecendo a construção de interpretações fundamentadas e consistentes. Como instrumento auxiliar na organização e interpretação dos dados, utilizou-se a ferramenta de inteligência artificial ChatGPT, que atuou como apoio no refinamento linguístico e na sistematização preliminar dos conteúdos identificados.

Na análise e interpretação dos resultados deste estudo, foram adotados os princípios da análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2020), que a define como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2020, p. 37).

A escolha dessa abordagem metodológica, que justapõem Estado do Conhecimento e Análise de conteúdo se justifica pelo interesse em compreender os sentidos e significados das produções acadêmicas para além de uma leitura descritiva ou superficial. O processo analítico foi iniciado por uma leitura flutuante dos resumos dos estudos selecionados, com o objetivo de identificar

recorrências, divergências e possíveis eixos de análise. Essa etapa preliminar permitiu delimitar unidades de registro e categorias iniciais.

Na sequência, foi realizada uma leitura mais aprofundada dos textos completos, buscando aprofundar a compreensão sobre os temas recorrentes e possibilitar a categorização do corpus por temáticas gerais. A inferência, nesse processo, constituiu-se como etapa central, conforme define Bardin (2020), ao afirmar que a inferência é a ponte que liga a descrição e a interpretação, sendo nesse movimento que se concretiza a análise e a atuação interpretativa do pesquisador.

A produção científica selecionada para este estudo concentrou-se nas abordagens contemporâneas sobre protagonismo juvenil e Itinerários Formativos, com base em critérios definidos previamente: delimitação de um marco temporal, seleção de descritores e escolha das bases de dados. As buscas foram realizadas nas bases SciELO e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT), assegurando abrangência e diversidade nos materiais analisados. Para este trabalho, optou-se por considerar publicações compreendidas entre os anos de 2017 a 2025, intervalo que contempla desde a tramitação da Medida Provisória nº 746/2016 até os anos posteriores à implementação e consolidação do Novo Ensino Médio, possibilitando assim uma análise histórica e crítica do percurso da política.

Este trabalho tem como objetivo central realizar um mapeamento amplo e consistente das produções acadêmicas que abordam o protagonismo juvenil no contexto dos Itinerários Formativos do Ensino Médio. O interesse recai, principalmente, sobre as transformações curriculares, estruturais e institucionais decorrentes da implementação dessa política, bem como sobre os dispositivos legais e as ações complementares que a sustentam e operacionalizam nos diferentes contextos educacionais.

Para tanto, foram definidos dois repositórios como fontes principais de consulta: o Portal SciELO, utilizado para a identificação e seleção de artigos científicos publicados sobre o tema, e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT), como base para o levantamento de pesquisas acadêmicas *stricto sensu*. Esses bancos de dados foram escolhidos por sua relevância, amplitude e credibilidade na divulgação da produção científica nacional, possibilitando a construção de um panorama analítico sobre os sentidos atribuídos ao protagonismo juvenil no processo de implementação dos itinerários formativos.

Assim, busca-se neste trabalho, analisar criticamente as produções acadêmicas identificadas, com o objetivo de comparar as diferentes compreensões sobre os efeitos do protagonismo juvenil e dos itinerários formativos no contexto do Novo Ensino Médio. A partir dos elementos metodológicos já delineados, deu-se início ao processo de levantamento e produção dos dados empíricos, bem como à sistematização das informações necessárias à consolidação da análise.

Os artigos selecionados estão inseridos no campo da Educação e foram localizados por meio de busca realizada em 22 de maio de 2025, na base de dados SciELO. Os descritores utilizados foram: “itinerários formativos” e “protagonismo juvenil”. A consulta retornou um total de 26 artigos, dos quais 4 foram selecionados para compor o corpus da pesquisa, com base nos critérios previamente definidos.

Em síntese, os resultados obtidos seguiram os parâmetros metodológicos estabelecidos e serão apresentados na próxima seção, com destaque para a origem dos textos analisados, sua distribuição

por tipo de produção (artigos, dissertações, teses) e as principais abordagens adotadas. A análise será conduzida com foco na identificação das recorrências, singularidades e contribuições de cada produção para o debate sobre o Novo Ensino Médio.

A pesquisa realizada em 5 de junho de 2025, no site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), considerou o recorte temporal de 2017 a 2025 e utilizou como descritor o termo “protagonismo juvenil”, resultando em 221 produções localizadas, sendo 215 dissertações de mestrado e 47 teses de doutorado. Com o descritor “itinerários formativos”, foram encontrados 178 trabalhos, dos quais 152 são dissertações e 26, teses de doutorado, todos vinculados à área de Educação. Em síntese, as consultas realizadas com base em critérios previamente estabelecidos totalizaram 399 produções acadêmicas, cujas informações serão exploradas e discutidas ao longo deste trabalho.

Com o intuito de viabilizar o levantamento de uma amostra cientificamente relevante e compatível com os limites de tempo e recursos disponíveis, adotou-se a aplicação de operadores booleanos como estratégia de refinamento e filtragem dos resultados. Esses operadores são representados pelos termos em inglês *AND*, *OR* e *NOT*, que correspondem, respectivamente, às expressões “E”, “OU” e “NÃO”, sendo amplamente utilizados em buscas acadêmicas pela sua capacidade de cruzamento e exclusão de termos.

O operador *AND* funciona de forma semelhante à conjunção “E”, realizando a interseção entre dois descritores, ou seja, recuperando apenas os documentos que contenham simultaneamente todos os termos indicados, o que torna a busca mais específica e restrita. Por outro lado, o operador *OR*, equivalente ao termo “OU”, promove a união dos conjuntos, retornando registros que contenham ao menos um dos descritores buscados, ampliando assim o escopo da pesquisa. Já o operador *NOT* é utilizado para incluir o primeiro termo e excluir o segundo, refinando a busca ao eliminar resultados que não se enquadram no foco do estudo.

As buscas realizadas a partir dos descritores selecionados, com a utilização do operador booleano “*AND*”, no dia 5 de junho de 2025, resultaram nos seguintes achados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD): 11 trabalhos, dos quais foram selecionadas 2 dissertações de mestrado e 1 tese de doutorado. No Portal de Periódicos Científicos SciELO, foram identificados 4 artigos pertinentes ao tema. Após o refinamento metodológico previamente descrito, definiu-se que um total de 7 produções científicas analisadas, examinadas e organizadas como base empírica para este trabalho, que se propõe a articular as temáticas do protagonismo juvenil e dos itinerários formativos.

Inicialmente, os textos serão submetidos a um processo de análise e categorização, considerando a origem de cada produção, com a seguinte distribuição por fonte:

- 4 artigos da base SciELO;
- 3 pesquisas acadêmicas da BDTD;
- Totalizando 7 produções científicas selecionadas.

A análise será organizada a partir de duas categorias principais, estruturando-se em três movimentos interpretativos: o primeiro contempla os textos que abordam exclusivamente o

protagonismo juvenil; o segundo, os que tratam apenas dos itinerários formativos; e o terceiro, os que estabelecem a intersecção entre ambos os temas considerando o exame à luz das transformações legais e curriculares em curso.

Na Tabela 1, apresenta-se a estratégia de busca utilizada nas bases consultadas, detalhando os descritores, operadores aplicados, datas e critérios de seleção.

Tabela 1 - Descritores e campos de busca

BASE DE DADOS	DESCRIPTORES	CAMPOS	Nº DE DOCUMENTOS
Scielo	“protagonismo juvenil <i>and</i> ensino médio”	Título, resumo e palavra-chave	02
Scielo	“Itinerários Formativos”	Título, resumo e palavra-chave	02
BDTD	“itinerários formativos <i>and</i> protagonismo juvenil”	Todos os campos	03

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A partir da organização inicial do material coletado, procedeu-se à etapa de bibliografia sistematizada, fundamentada na leitura dos títulos e resumos. A seleção seguiu critérios de inclusão e exclusão previamente definidos, garantindo especificidade, coerência temática e relevância científica. Foram incluídas produções empíricas e teóricas relacionadas à educação básica que abordassem de forma direta o protagonismo juvenil e sua articulação com os itinerários formativos no Ensino Médio. Excluíram-se estudos fora do campo da Educação, voltados a outros níveis de ensino, duplicados ou sem acesso integral ao conteúdo.

A partir da leitura preliminar e sistematização das informações, o corpus da pesquisa foi consolidado com um total de 7 produções, sendo 4 artigos científicos, 2 dissertações de mestrado e 1 tese de doutorado. Essas produções estão organizadas e descritas no Quadro 1, que apresenta os dados essenciais de cada estudo selecionado.

Quadro 1 - Artigos, dissertações e teses selecionados

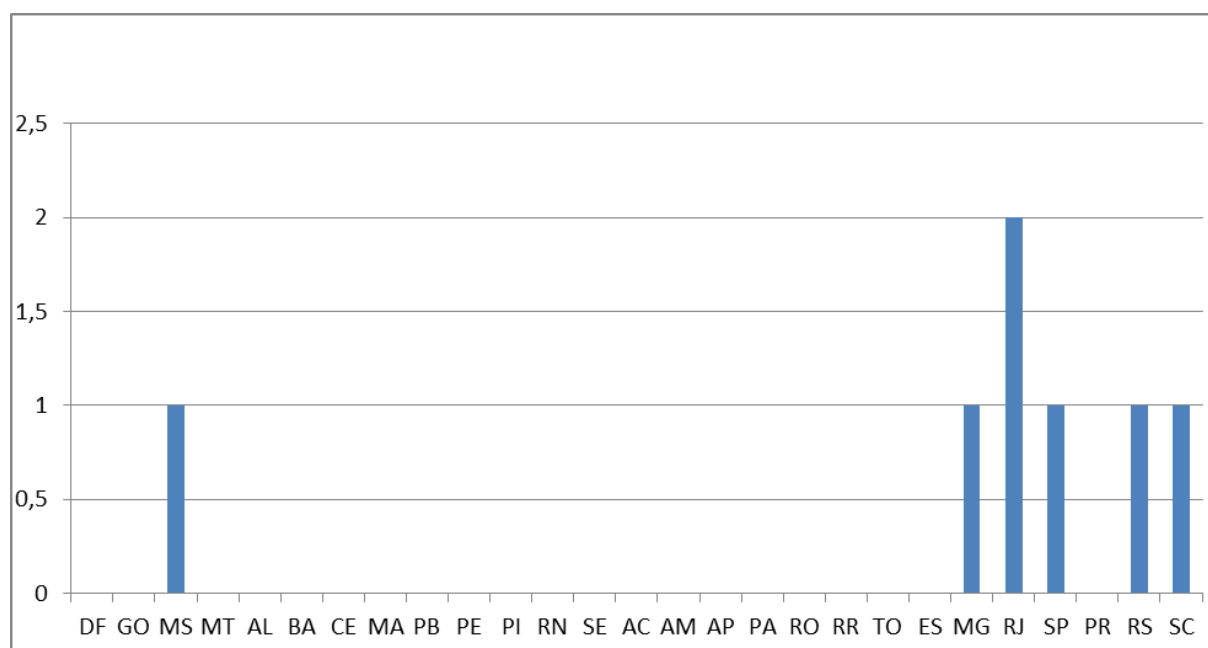
Ano	Título	Autores
2023	Juventude(s), itinerários formativos e projetos de vida: entre reformas e textos/documentos curriculares do Ensino Médio brasileiro (1990 – 2018)	DUARTE, Luciano Rodrigues
2024	A atuação dos Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio Gaúcho na Escola Tuiuti	AFFELDT, Geovana Rosa

2024	O Novo Ensino Médio e o protagonismo juvenil: o que dizem os/as estudantes?	ANDRADE, Francieli Camargo de
2019	A individualização dos percursos formativos como princípio organizador das políticas curriculares para o Ensino Médio no Brasil. <i>Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação</i>	SILVA, Roberto Rafael Dias da
2023	A questão do protagonismo juvenil no Ensino Médio brasileiro: uma crítica curricular	SILVA, Roberto Rafael Dias da
2024	Educando a juventude trabalhadora pelas métricas do mercado	QUADROS, SÉRGIO FELDEMANN DE; KRAWCZYK, NORA RUT
2023	Juventudes, novo ensino médio e itinerários formativos: o que propõem os currículos das redes estaduais	SILVA, Monica Ribeiro da; KRAWCZYK, Nora Rut; CALÇADA, Guilherme Eduardo Camilo

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

A terceira etapa envolveu a leitura criteriosa e integral dos textos do *corpus*, seguida da organização de artigos, dissertações e teses em categorias analíticas definidas a partir do próprio material. Esse processo permitiu identificar recorrências, especificidades e lacunas nos estudos sobre protagonismo juvenil e itinerários formativos no Ensino Médio, resultando na construção de eixos interpretativos que sustentam a discussão dos achados. O Gráfico 1 apresenta o mapeamento e a distribuição geográfica dessas produções, considerando as unidades da federação em que foram desenvolvidas e sua relação com a temática investigada.

Gráfico 1 - Produção acadêmica 2017-2025 por UF do Brasil.



Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

A partir dos dados apresentados no Gráfico 1, observa-se uma concentração das pesquisas relacionadas ao protagonismo juvenil e aos itinerários formativos nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, com pouca ou nenhuma representatividade nas regiões Norte e Nordeste. Essa desigualdade na distribuição reflete a centralidade acadêmica de certas áreas e, ao mesmo tempo, as disparidades na produção científica no Brasil.

Essa disparidade é atribuída à maior concentração de universidades públicas com tradição em pesquisa educacional nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. A lacuna de estudos nas regiões Norte e Nordeste é preocupante, pois limita a compreensão de suas particularidades socioculturais e econômicas. Isso, por sua vez, compromete a criação de políticas educacionais mais eficazes e que se adequem às necessidades específicas de cada localidade.

2 ORGANIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE DADOS

Este trabalho se apoiou para organizar as categorias analíticas na ferramenta tecnológica ChatGPT, versão 4.0, com o intuito de contribuir para a sistematização das categorias analíticas anteriormente definidas, bem como daquelas que emergiram ao longo da análise. Esse processo passou por três etapas conforme a figura a seguir:

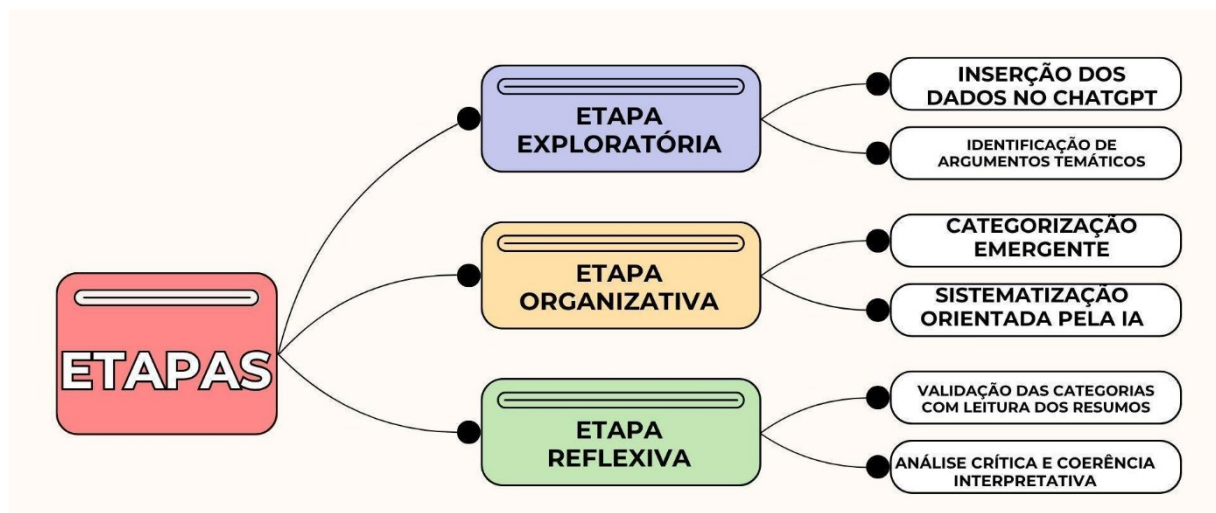
Figura 2 - Ciclo do Estado do Conhecimento apoiado em Inteligência Artificial



Fonte: Elaborado por Kohls-Santos e Morosini (2024).

O ciclo da metodologia do Estado do Conhecimento, com o apoio de ferramentas de inteligência artificial, conforme ilustrado na Figura 2, teve início na etapa de bibliografia sistematizada, correspondente à segunda fase do percurso metodológico. A partir da definição do corpus de análise, deu-se início ao ciclo analítico propriamente dito, estruturado em três etapas principais, conforme apresentado na figura a seguir.

Figura 03: Etapas Estado do Conhecimento apoiado em IA.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Kohls-Santos e Morosini (2024)

Na etapa exploratória, os títulos e resumos dos trabalhos selecionados, relacionados ao protagonismo juvenil e aos itinerários formativos, foram inseridos na ferramenta ChatGPT com o objetivo de identificar agrupamentos temáticos, reconhecer recorrências conceituais e analisar as possíveis relações entre os temas investigados. Essa etapa inicial teve caráter investigativo e serviu como base para a construção preliminar de eixos de análise.

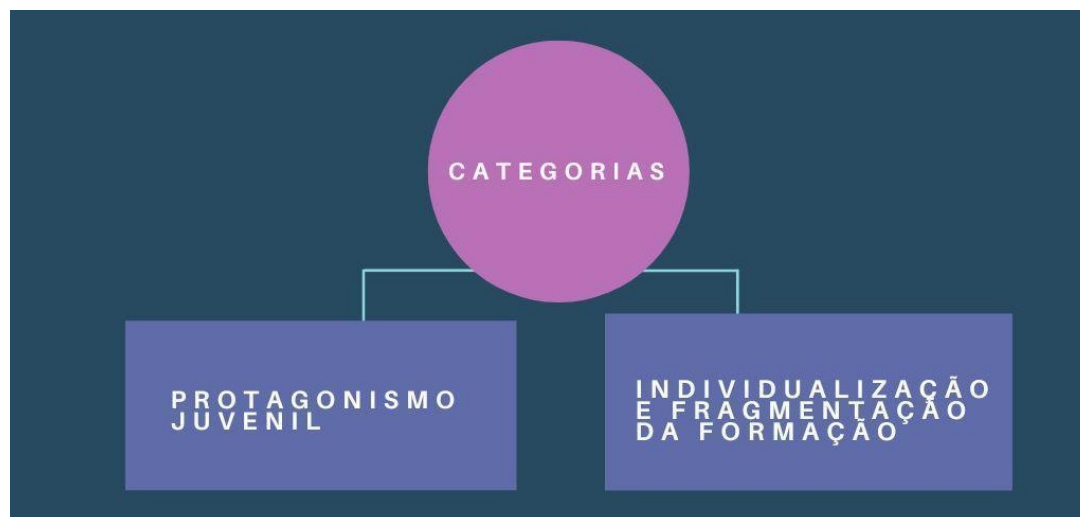
Na etapa organizativa, com base nos achados da fase exploratória, procedeu-se à estruturação das categorias analíticas que orientam a leitura crítica do material. Essas categorias compreenderam tanto aquelas previamente estabelecidas com base nos objetivos da pesquisa (categorias a priori), quanto aquelas que emergiram no processo de análise, evidenciadas por meio da mediação da ferramenta de inteligência artificial. Essa combinação possibilitou uma sistematização mais precisa e sensível à diversidade de abordagens presentes nesta fase da pesquisa.

A etapa reflexiva teve como finalidade validar e consolidar as categorias analíticas, a partir da leitura atenta dos resumos dos estudos selecionados, buscando assegurar a coerência entre os títulos e os respectivos conteúdos. Esse momento foi fundamental para identificar possíveis incongruências e garantir a fidedignidade do processo analítico, preservando a articulação entre os dados empíricos e os objetivos da pesquisa.

A análise foi conduzida de forma detalhada, considerando a intersecção entre os temas centrais do estudo e a consistência das inferências produzidas. Ressalta-se que, embora apoiado por ferramentas de inteligência artificial, o processo manteve a centralidade da etapa humana,

reconhecida como essencial na interpretação crítica e na validação dos achados. A seguir, apresenta-se a figura que organiza a discussão dos resultados deste Estado do Conhecimento, com base nas categorias estruturadas ao longo das etapas exploratória, organizativa e reflexiva.

Figura 04: Categorias de Análise



Fonte: Elaborado pelos autores (dados da pesquisa).

3 DISCUTINDO OS RESULTADOS ENCONTRADOS

Os resultados obtidos neste estudo foram analisados à luz de pesquisas que discutem o protagonismo juvenil e os itinerários formativos no contexto do Ensino Médio. Com o objetivo de aprofundar a compreensão das produções selecionadas, os dados foram organizados em categorias analíticas, construídas a partir da leitura do material e alinhadas aos objetivos da investigação. A seguir, cada uma dessas categorias é detalhada, buscando evidenciar os principais eixos temáticos, as convergências e as tensões identificadas no *corpus* empírico analisado.

3.1 Protagonismo Juvenil

A categoria protagonismo juvenil evidencia como as políticas curriculares contemporâneas atribuem aos estudantes a responsabilidade individual por suas trajetórias escolares, frequentemente deslocando o foco das transformações coletivas em favor de uma responsabilização subjetiva. Esse deslocamento tem sido analisado por meio de diferentes abordagens, como a crítica curricular, os processos de subjetivação juvenil e os mecanismos de controle alinhados à racionalidade neoliberal. Nos estudos analisados, o protagonismo é comumente associado à autonomia dos jovens para tomarem decisões sobre seus percursos formativos. No entanto, observa-se que essa noção também atua como mecanismo de adequação a uma lógica de mercado, promovendo a internalização de práticas de empreendedorismo de si (Pizolati, 2025) que convertem a ação educativa em uma forma

de ativismo individualizado. O protagonismo, nesse sentido, passa a ser interpretado como competência gerencial do sujeito sobre si mesmo, em detrimento da ação política coletiva.

Discursos institucionais tendem a enfatizar, ao mesmo tempo, o fortalecimento da capacidade de escolha dos jovens e a valorização das suas potencialidades subjetivas, associadas ao que Han (2017, p. 38) denomina de “imperativo da autenticidade”. Segundo o autor, esse imperativo implica a exigência de que o sujeito seja “autor e criador de si mesmo”, assumindo o controle sobre suas emoções, escolhas, estilos e identidades, mesmo quando essas decisões estão condicionadas por normas sociais e padrões de desempenho. Silva (2017) observa que, conforme delineado na Base Nacional Comum Curricular, o protagonismo juvenil pode ser entendido como um recurso de “customização curricular”, no qual os estudantes passam a ser corresponsáveis pela definição de suas trajetórias formativas, ao mesmo tempo em que os critérios de organização e seleção dos conteúdos escolares são reformulados. A proposta curricular da BNCC pressupõe que os itinerários formativos devem ser estruturados por áreas do conhecimento, ficando a escolha sob responsabilidade do próprio estudante.

A organização curricular analisada articula-se a dois fundamentos conceituais centrais que sustentam a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio: o desenvolvimento de competências e a centralidade da educação integral. O primeiro fundamento orienta a estrutura da BNCC-EM (Brasil, 2018) ao destacar a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do mundo do trabalho e do exercício da cidadania. O segundo fundamento refere-se à concepção de formação ampla do estudante, considerando suas dimensões cognitivas, sociais, emocionais e culturais como parte indissociável do processo educativo. A ênfase na educação integral, nesse contexto, busca superar abordagens fragmentadas e conteudistas, propondo uma formação que integre diferentes dimensões do sujeito. No entanto, a forma como esses princípios são operacionalizados nas políticas curriculares pode revelar tensões entre uma proposta formativa ampla e as exigências de performatividade e adequação a padrões de eficiência típicos das lógicas gerenciais contemporâneas.

Essa nova estrutura valoriza o protagonismo juvenil, uma vez que prevê a oferta de variados itinerários formativos para atender à multiplicidade de interesses dos estudantes: o aprofundamento acadêmico e a formação técnica profissional (Brasil, 2018, p. 467, *grifos nossos*).

Assim, “a capacidade de escolha dos estudantes não é natural, mas precisa ser pedagogicamente construída e referenciada em um quadro valorativo comum” (Silva, 2023, p. 6), ou seja, a autonomia não é um ponto de partida, mas um processo formativo que deve ser intencionalmente cultivado pelas práticas pedagógicas. Além disso, ao destacar a relevância de um “quadro valorativo comum”, aponta-se para a tensão entre a centralidade na individualização dos percursos e a necessidade de garantir princípios formativos coletivos, que orientem a educação para além de interesses utilitaristas. O autor também observa que o protagonismo juvenil é evidenciado como um imperativo curricular na reforma do Novo Ensino Médio, associado à capacidade de escolha

e à construção de subjetividades alinhadas ao capitalismo contemporâneo. A Medida Provisória nº 746/2016, embora não mencione explicitamente o protagonismo juvenil, foi sucedida por documentos oficiais que passaram a adotar essa noção como central. “A reforma se consolidou, por assim dizer, numa empreitada da ideologia do protagonismo juvenil por meio de seus documentos oficiais, compreendendo-o como uma espinha dorsal do Novo Ensino Médio” (Quadros; Krawczyk, 2024, p. 15). Essa perspectiva foi formalizada na exigência de inserção do tema nos projetos pedagógicos das escolas vinculadas à Portaria nº 1.023/2018, articulando-o às competências socioemocionais e aos projetos de vida.

Essa centralidade atribuída ao protagonismo juvenil revela não apenas uma mudança no discurso oficial, mas também uma estratégia de deslocamento da responsabilidade pela trajetória formativa dos estudantes para o plano individual. Ocorre, assim, um processo de naturalização da escolha como elemento fundante da formação, mesmo em contextos marcados por desigualdades estruturais. Quadros e Krawczyk (2024) observam que o protagonismo juvenil “é a estratégia pela qual o capital procura submeter ativamente os jovens à sua racionalidade, ou seja, por meio de discursos e das estratégias de manipulação” (Quadros; Krawczyk, 2024, p. 18). A partir dessa leitura, compreende-se que a noção de protagonismo, quando instrumentalizada sob a lógica neoliberal, funciona como uma tática de convencimento. Leva-se o jovem a acreditar que está no controle de suas decisões, quando, na realidade, ele reproduz expectativas e valores impostos por uma racionalidade que o conforma e o limita.

Na tese de Duarte (2023), a análise concentra-se na construção discursiva dos itinerários formativos e do protagonismo juvenil como pilares das políticas curriculares. A partir de uma perspectiva epistemológica fundamentada nos estudos de Pierre Bourdieu (2011), o autor demonstra como esse discurso atua na legitimação de processos de mercantilização da educação, ao vincular o êxito escolar à resiliência individual e a princípios meritocráticos. A noção de mérito, nesse contexto, desloca a responsabilidade pelas trajetórias educacionais para o estudante, ocultando as desigualdades estruturais que condicionam o acesso ao conhecimento e às oportunidades.

A dissertação de Andrade (2024) explora a percepção dos próprios estudantes sobre o protagonismo juvenil no contexto da implementação do Novo Ensino Médio no estado de Santa Catarina. Embora o conceito de protagonismo esteja presente nos documentos oficiais, como a BNCC do Ensino Médio, nem sempre se concretiza nas práticas escolares cotidianas. A pesquisa revela que a sobrecarga imposta aos estudantes e a substituição parcial da formação geral básica pela parte flexível dos itinerários formativos evidenciam o aligeiramento do currículo, especialmente quando os sujeitos são responsabilizados por escolhas realizadas em contextos marcados por vulnerabilidades econômicas e sociais. A seguir, a próxima categoria.

3.2 Individualização e fragmentação da formação

A individualização e a fragmentação da formação emergem nos estudos de Silva (2019) e Silva, Krawczyk e Calçada (2023) como um movimento estruturante das políticas curriculares recentes. Nessas análises, observa-se que os estudantes passam a ser concebidos como agentes isolados,

responsáveis pelas escolhas dos seus itinerários formativos, em detrimento de sua condição de sujeitos coletivos com potencial de transformação social. Esse deslocamento epistêmico contribui para a consolidação de uma lógica educacional voltada ao desempenho individual, desarticulada dos vínculos sociais e políticos mais amplos.

Nesse contexto, Ball (2014) argumenta que “o neoliberalismo se plasma em um ‘novo tipo de indivíduo’, um indivíduo formado na lógica da competição: um ‘homem empresarial’ – calculista, solipsista e instrumentalmente dirigido” (Ball, 2014, p. 30). A figura do estudante-empREENDEDOR, responsável exclusivo pelo êxito ou fracasso de sua trajetória, é incorporada às reformas curriculares por meio de discursos sobre escolha, autonomia e flexibilidade, mas carrega consigo mecanismos implícitos de padronização e controle.

Para compreender esse processo, Beck (2010) propõe três teses centrais sobre a individualização na modernidade. A primeira aponta o declínio das classes sociais como categoria central de explicação da vida coletiva, ao passo que o indivíduo passa a ser a principal unidade de reprodução social.

A segunda tese destaca que, embora a individualização promova trajetórias diferenciadas, ela se dá por meio de mecanismos padronizados mediados por estruturas como o mercado, a mobilidade, a educação e o dinheiro.

A terceira tese evidencia que a individualização atravessa tanto a vida privada quanto os espaços públicos, rompendo com os vínculos tradicionais de classe e promovendo estilos de vida mais diversos e autônomos. Esse processo, ao relativizar os modos de vida tradicionais, redefine os percursos dos sujeitos, inserindo-os em um campo de novas normatividades. Como afirma Silva (2018), “a individualização, então, delinearía a emergência de um conjunto de novos especialistas, tendências, roteiros, indústrias, dispositivos e religiões” (Silva, 2019, p. 432).

A individualização das políticas não resulta, necessariamente, em emancipação, mas em novas formas de dependência e sujeição ao mercado, nesse mesmo sentido, no campo educacional, essa lógica se expressa por meio de currículos flexíveis voltados à empregabilidade e ao autogerenciamento, evidenciando como as reformas do Ensino Médio reforçam essas dinâmicas.

As disputas em torno do currículo se tornaram eixo central na reforma em curso, marcada por propostas de flexibilização e ampliação da autonomia dos estudantes na escolha de seus percursos formativos. Essa flexibilização tende a intensificar a fragmentação curricular e a acelerar o processo formativo. Como afirmam, “essa visão do protagonismo juvenil, no entanto, não envolve a participação ativa dos jovens na construção da vida escolar, da comunidade e de toda a sociedade” (Silva; Krawczyk; Calçada, 2023, p. 9). Na pesquisa de Affeldt (2024), a autora analisa a implementação da política do Novo Ensino Médio na Escola Tuiuti, com atenção à promessa de protagonismo juvenil viabilizado pela escolha dos itinerários formativos. No entanto, constata-se que essa escolha, na prática, é fortemente induzida pelas limitações estruturais e institucionais, o que compromete a efetiva autonomia dos estudantes.

A investigação destaca ainda os impactos dessa política na redução da carga horária da formação geral básica e na ampliação dos itinerários, processo que aprofunda a fragmentação curricular. O cenário de restrições materiais e institucionais observado na pesquisa reforça a

dissociação entre os componentes da formação e transfere ao estudante a responsabilidade exclusiva por escolhas condicionadas, o que contribui para consolidar a lógica da individualização em detrimento de uma proposta de formação integrada, crítica e equitativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas curriculares do Novo Ensino Médio destacam as promessas de protagonismo juvenil e flexibilização como estratégias de modernização educacional. Embora apresentadas como avanços rumo a uma formação integral e personalizada, essas propostas revelam-se, no contexto brasileiro, contraditórias e excludentes.

Conforme Pizolati (2025), o discurso do protagonismo estudantil, promovido sob influência empresarial, impõe aos estudantes a responsabilidade pelo próprio êxito, sustentando uma ideia de escolha livre, dissociada das determinações socioeconômicas e culturais que moldam suas trajetórias. A organização curricular, ao fragmentar saberes e individualizar a formação, restringe o acesso a uma educação crítica. A autonomia, quando não construída coletivamente, torna-se mecanismo de responsabilização subjetiva, alinhado à racionalidade neoliberal que orienta as reformas educacionais (APPLE, 2003; BALL, 2005). Essa lógica reforça o ideal do “empreendedor de si mesmo” e enfraquece o caráter emancipador da educação pública, comprometendo a formação crítica dos estudantes (Pizolati, 2025).

As produções analisadas evidenciam que a oferta dos itinerários formativos ocorre, em grande parte, de forma induzida, condicionada pelas limitações materiais das redes e pelas restrições estruturais das escolas. A pretendida ampliação das possibilidades formativas tem resultado na sobreposição de componentes voltados à empregabilidade e ao autogerenciamento, em detrimento da Formação Geral Básica, essencial ao direito à educação de qualidade. A fragmentação curricular compromete a articulação entre os saberes e enfraquece o sentido formativo do currículo. Observa-se que essa reorganização aprofunda desigualdades educacionais, especialmente entre jovens em situação de vulnerabilidade, convocados a escolher itinerários em contextos restritivos: Escolhas que, na prática, são definidas pelas escolas, não pelos estudantes.

REFERÊNCIAS

- AFFELDT, Geovana Rosa. A atuação dos Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio Gaúcho na Escola Tuiuti. 2024. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.
- ANDRADE, Francieli Camargo de. O Novo Ensino Médio e o protagonismo juvenil: o que dizem os/as estudantes? 2024. 219 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

BALL, Stephen J. Educação global S.A.: novas redes de política educacional. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2014.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2020.

BECK, U. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRASIL. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 set. 2016. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-publicacaooriginal-151123-pe.html>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 33, p. 1, 17 fev. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018. Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do art. 35 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, complementando a BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 dez. 2018.

BRASIL. Projeto de Lei nº 5.230, de 2023. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para instituir a Política Nacional de Ensino Médio. Aprovado com alterações pelo Senado Federal em 19 jun. 2024. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/166295>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/Câmara de Educação Básica n. 4, de 12 de maio de 2025. Dispõe sobre os Parâmetros Nacionais para os Itinerários Formativos. Publicada no Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 maio 2025. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 2, de 13 de novembro de 2024. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 48, 14 nov. 2024. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2024/265041-rceb002-24/file>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 4, de 12 de maio de 2025. Institui os Parâmetros Nacionais para a Oferta dos Itinerários Formativos de Aprofundamento (IFAs) no Ensino Médio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 36, 13 mai. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/2025/abril/pceb007_25.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

DUARTE, Luciano Rodrigues. Juventude(s), itinerários formativos e projetos de vida: entre reformas e textos/documentos curriculares do Ensino Médio brasileiro (1990 – 2018). 2023. 175 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2023.

HAN, Byung-Chul. A sociedade do cansaço. Petrópolis: Vozes, 2017.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 96, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NGFTXWNtTvXyTcQHcJFyhsJ/>. Acesso em: 28 jun. 2025.

MOROSINI, Marília Costa; KOHLS-SANTOS, Pricila; BITTENCOURT, Zoraia Aguiar. Estado do conhecimento: teoria e prática. 1. ed. Curitiba: CRV, 2021.

PIZOLATI, Audrei Rodrigo da Conceição. Políticas Curriculares e Relações de Ensino-Aprendizagem: tensões entre a formação neotecnicista e o esmaecimento da Reflexão Crítica. *Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 34, n. 77, p. 35-50, 2025. DOI: 10.21879/faeeba2358-0194.2025.v34.n77.p35-50. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/21044>. Acesso em: 28 jun. 2025.

QUADROS, Sérgio Feldemann de; KRAWCZYK, Nora Rut. Educando a juventude trabalhadora pelas métricas do mercado. *Educação em Revista*, v. 40, p. e34470, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/BSZfx5BrtygJWzG6WG3VQdy/>; Acesso em: 28 jun. 2025.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. Emocionalização, algoritmização e personalização dos itinerários formativos: como operam os dispositivos de customização curricular? *Currículo sem Fronteiras*, v. 17, n. 3, p. 699-717, dez. 2017.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. A individualização dos percursos formativos como princípio organizador das políticas curriculares para o Ensino Médio no Brasil. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 27, p. 426-447, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362018002601254>.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. A questão do protagonismo juvenil no Ensino Médio brasileiro: uma crítica curricular. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 118, p. 1-22, jan./mar. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362022003003427>.

Recebido em: 11 de setembro de 2025.

Aprovado em: 12 de abril de 2026.

ⁱ Michelle Mendes Ribeiro. Doutoranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, 2025), Servidora pública na Secretaria de Educação do Estado do Piauí, integrante do Grupo de Pesquisa Centro de Estudos da Educação Superior da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CEES/PUCRS), Rio Grande do Sul, Brasil.

Curriculum Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1807404049287866>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0014-2415>

E-mail: michellemrb10@gmail.com

ⁱⁱ Marília Costa Morosini. Professora Titular da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), pesquisadora 1A do CNPq, coordenadora do Grupo de Pesquisa Centro de Estudos da Educação Superior (CEES/PUCRS), Rio Grande do Sul, Brasil. Atua nas áreas de educação superior, internacionalização, políticas públicas e formação docente. Professora aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8614883884181446>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2433-5783>

E-mail: marilia.morosini@pucrs.br

ⁱⁱⁱ Audrei Rodrigo da Conceição Pizolati. Doutor em Educação pela UNISINOS. Pós-doutorado em Educação em andamento na UNISINOS, com o apoio da Fundação Carlos Chagas/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil.

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0915310669117432>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0656-0995>

E-mail: audreipizolati@gmail.com